

INFORME RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 01/08 a 05/08/2022



CENÁRIO

Com o fim do período de recesso parlamentar, o mês de agosto tem início intenso quanto às atividades legislativas, com sessões e reuniões agendadas durante toda a semana, caracterizando o chamado “esforço concentrado”, previsto acontecer na primeira e na última semana de agosto.

Na Câmara dos Deputados, retornam com a tarefa de decidir a respeito de uma série de medidas provisórias, dentre elas, duas medidas de interesse do setor com prazo próximo a expirar: a MP 1108/2022 e a MP 1109/2022. As medidas, que fazem parte da segunda etapa do Programa Renda e Oportunidade, foram publicadas em março deste ano e possuem como objetivo maior segurança jurídica ao trabalho remoto, aperfeiçoamento do auxílio alimentação e possibilidade de adoção de medidas trabalhistas alternativas, já adotadas no início da pandemia, como forma de enfrentamento das consequências sociais e econômicas do Estado de Calamidade Pública.

Além da previsão de votação das MPs trabalhistas, destacamos também a previsão de votação de mais uma medida relevante para o setor: a MPV 1116/2022. A medida institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens, destinado à inserção e manutenção de jovens e mulheres no mercado de trabalho. Dentre as propostas da medida estão a flexibilização do regime de trabalho, a qualificação de mulheres em áreas estratégicas para ascensão profissional e o apoio ao retorno ao trabalho das mulheres após encerrada a licença maternidade.

Outro tema pautado com destaque é o requerimento de urgência para o projeto de lei nº 1.774/2019 que autoriza os supermercados e estabelecimentos similares a venderem medicamentos isentos de prescrição.

No Senado a expectativa é de que haja sessão, porém sem itens oficialmente anunciados. Senadores se reunirão nesta terça-feira e devem construir o consenso para apreciação de matérias, entre elas, as Medidas Provisórias que a Câmara conseguir avançar e aprovar esta semana.

PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL

Não foram identificados eventos de interesse até o fechamento deste informe.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (01)

CD | Plenário

17h – Sessão Deliberativa

REQ nº 927/2022 – "Requer Urgência para o Projeto de Lei nº 1.774/2019 que acrescenta o §2º ao art. 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para autorizar os supermercados e estabelecimentos similares a dispensarem medicamentos isentos de prescrição".

Autor: Deputado Glaustin da Fokus (PSC/GO)

Posicionamento: Favorável ao projeto

MPV nº 1108/2022 – "Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943"

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Paulinho da Força (SOLIDARIEDADE/SP)

Posicionamento: Favorável ao projeto

MPV nº 1109/2022 – "Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para

enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal"

Autor: Poder Executivo

Posicionamento: Favorável ao projeto

MPV nº 1114/2022 – "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Marco Brasil (PP/PR)

Posicionamento: Favorável ao projeto

MPV nº 1116/2022 – "Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputada Celina Leão (PP/DF)

Posicionamento: Favorável ao projeto

PLP nº 17/2022 – "Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e dispõe sobre critérios para a responsabilidade tributária".

Autor: Deputado Felipe Rigoni (UNIÃO/ES)

Relator: Deputado Pedro Paulo (PSD/RJ)

Posicionamento: Favorável ao projeto

TERÇA-FEIRA (02)

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

13h – Sessão Deliberativa

PL nº 4154/2019 – “Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.”

Autor: Senador Airton Sandoval (MDB/SP)

Relator: Deputado Rogério Correia (PT/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do Projeto de Lei Nº 535/2020, apensado.

Posicionamento: Acompanhamento

PL nº 8544/2017 – “Excluir o Art. 223-G, § 1º, da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, “que Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).”

Autor: Deputado Cleber Verde (PRB/MA)

Relator: Deputado André Figueiredo (PDT/CE)

Parecer: Pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 9.204/17, 614/19 e 913/19, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 8.793/17, 11.207/18 e 16/19, apensados.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer

PL nº 2317/2020 – “Dispõe que a decretação da falência determina a rescisão do contrato de trabalho, permitindo ao trabalhador movimentar sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e requerer o seguro-desemprego de imediato”.

Autor: Deputado André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Deputado Paulo Ramos (PDT/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 817/2022 – “Altera a Lei nº 7.783 de 1989 (lei da greve), a fim de definir como serviço essencial os meios eletrônicos de pagamentos e transferências bancárias.”

Autor: Deputado Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)

Relator: Deputado Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação do projeto e da Emenda apresentada pela CTASP, com substitutivo.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

13h – Sessão Deliberativa

PL nº 2944/2019 – "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos, no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências".

Autor: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Relator: Deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Posicionamento:

PEC nº 128/2019 – “Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.”

Autor: Deputado Luis Miranda (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Deputado Darci de Matos (PSD/SC)

Parecer: Pela admissibilidade

Posicionamento: Acompanhamento

QUARTA-FEIRA (03)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EVENTOS (CDEICS)

9h30 – Sessão Deliberativa

PLP nº 151/2019 – "Altera o art. 2º, § 4º, da Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019, que "Dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples", para fins de vedar, em qualquer hipótese, a participação de mesma pessoa natural na constituição de uma Empresa Simples de Crédito".

Autor: Valtenir Pereira (MDB/MT)

Relator: Deputado Zé Neto (PT/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, e pela rejeição do PLP 200/2019, do PLP 166/2020, e do PLP 187/2020, apensados.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PLP nº 131/2021 – "Altera a Lei Complementar n. 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte."

Autor: Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Relator: Deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Parecer: Pela rejeição

Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer

PL nº 905/2020 – "Insere dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para dispor sobre a suspensão da cobrança dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional do Microempreendedor Individual".

Autor: Deputado Rubens Otoni (PT/GO)

Relator: Deputado Guiga Peixoto (PSC/SP)

Parecer: Pela rejeição deste, do PL 958/2020, do PL 1775/2020, e do PL 1045/2022, apensados.

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PL nº 2524/2019 – "Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas".

Autor: Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator: Deputado Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Parecer: Pela rejeição

Posicionamento: Acompanhamento

PL nº 77/2019 – "Tipifica legalmente o beneficiário final, disciplina e regula a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final e dá outras disposições."

Autor: Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP)

Relator: Deputado Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela rejeição deste, e do PL 248/2022, apensado.

Posicionamento: Favorável ao projeto; contrário ao parecer

PL nº 2928/2019 – "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para proibir o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e a fabricação, a importação, a distribuição, e a comercialização de sacolas plásticas descartáveis, bem como de utensílios plásticos

descartáveis utilizados no consumo de alimentos e bebidas".

Autor: Deputado Luiz Lima (PL/RJ)

Relator: Deputado Josivaldo Jp (PSD/MA)

Parecer: Pela rejeição deste, do PL 2460/2021, e do PL 347/2020, apensados.

Posicionamento: Contrário ao projeto; favorável ao parecer

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

10h – Sessão Deliberativa

PL nº 4403/2021 – “Acresce dispositivo à Lei Nº 8.078, de 11 de dezembro de 1990, para dispor alternativa à prestação impressa de informações relativas a produtos ou serviços.”

Autor: Deputado Felipe Rigoni (PSB/ES)

Relator: Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

PL nº 1170/2022 – "Revoga a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, que “Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços””.

Autor: Deputado Guiga Peixoto (PSC/SP)

Relator: Deputado Nereu Crispim (PSD/RS)

Parecer: Pela aprovação

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

10h – Sessão Deliberativa

PL nº 8195/2017 – “Cria o Cadastro Nacional para Bloqueio do

Recebimento de Ligações de Telemarketing, mensagens instantâneas e dá outras providências.”

Autor: Deputado Heuler Cruvinel (PSD/GO)

Relator: Deputado Luis Miranda (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, do PL 8230/2017, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, com Substitutivo.

Posicionamento: Acompanhamento

PAUTA DO SENADO FEDERAL

QUARTA-FEIRA (03)

SF | Plenário

16h – Sessão Deliberativa

Destinada à Deliberação de Medidas Provisórias

COMISSÃO DE JURISTAS TRIBUTÁRIOS (CJADMTR)

17h – Reunião de Trabalho

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional, agendou nova reunião de trabalho para realizar análise dos projetos de lei de arbitragem, mediação, consulta tributária e execução fiscal.

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS

SEMANA 01/08 A 05/08/2022



AGENDA LEGISLATIVA DA SEMANA

TERÇA-FEIRA (02)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS

15h - Sessão Plenária | Deliberativa

PL nº 23/2021 – Do dep. Wagner Camargo Neto (PRTB), que dispõe sobre a emissão de aviso de corte de energia elétrica aos inadimplentes no Âmbito do Estado de Goiás.

Situação: O parecer da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor é pela aprovação com Substitutivo.

Impacto: Neutro

PL nº 202/2022 – Do dep. Paulo Trabalho (PL), que cria o Selo "Empresa Sustentável, Meio Ambiente Equilibrado", a ser conferido aos estabelecimentos comerciais instalados no Estado de Goiás que priorizem o uso de materiais comestíveis, biodegradáveis, reutilizáveis ou permanentes, em detrimento de descartáveis e determina medidas de estímulo às empresas ambientalmente responsáveis.

Impacto: Neutro

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

15h – Sessão Plenária | Deliberativa – Vetos sem acordo

PL nº 1063/2020 – Apreciação do veto total ao PL 1063/2020, do dep. Martins Machado (PRB), que dispõe sobre a suspensão das cobranças por parte das concessionárias de serviço público de energia elétrica e água, das taxas de consumo pelo período de 90 dias aplicáveis às empresas de qualquer porte, entidades religiosas de qualquer culto e

associações sem fins lucrativos, em todo o Distrito Federal.

Impacto: Negativo

PLC nº 37/2020 – Apreciação do veto total ao PLC 37/2020, do dep. Eduardo Pedrosa (DEM), que dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no âmbito do Distrito Federal.

Impacto: Negativo

PL nº 1133/2020 – Apreciação do veto total ao PL 1133/2020, da dep. Julia Lucy (NOVO), que dispõe sobre garantias de liberdade individual e proteção de dados pessoais no monitoramento inteligente para combate a pandemias.

Impacto: Neutro

QUARTA-FEIRA (03)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO

Comissão de Constituição e Justiça

11h – Sessão Deliberativa

PL nº 2626/2017 – De autoria do Deputado André Ceciliano (PT), que “estabelece regras de proteção à privacidade de usuários de ‘internet’ no âmbito do estado do Rio de Janeiro.”

Situação: O projeto aguarda parecer do dep. Marcus Muller (UNIÃO) na comissão.

Impacto: Negativo

DESTAQUES PARA A SEMANA - PROJETOS CRÍTICOS

MARANHÃO

PL nº 243/2018 (Cartório - postecipação)

Altera a redação da Lei nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre Custas e Emolumentos, e dá outras providências.

Impacto: Negativo

Situação: O projeto foi encaminhado ao Poder Judiciário, autor da matéria, por solicitação e por meio de ofício não disponibilizado pela casa

TOCANTINS

PL nº 360/2021 (Telemarketing e cobrança - bloqueio)

Altera a Lei nº 3.377, de 26 de julho de 2018, que institui o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências.

Impacto: Negativo

Situação: Convertido na Lei nº 3.998 de 22 de julho de 2022.

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro

(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles

(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira

(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi

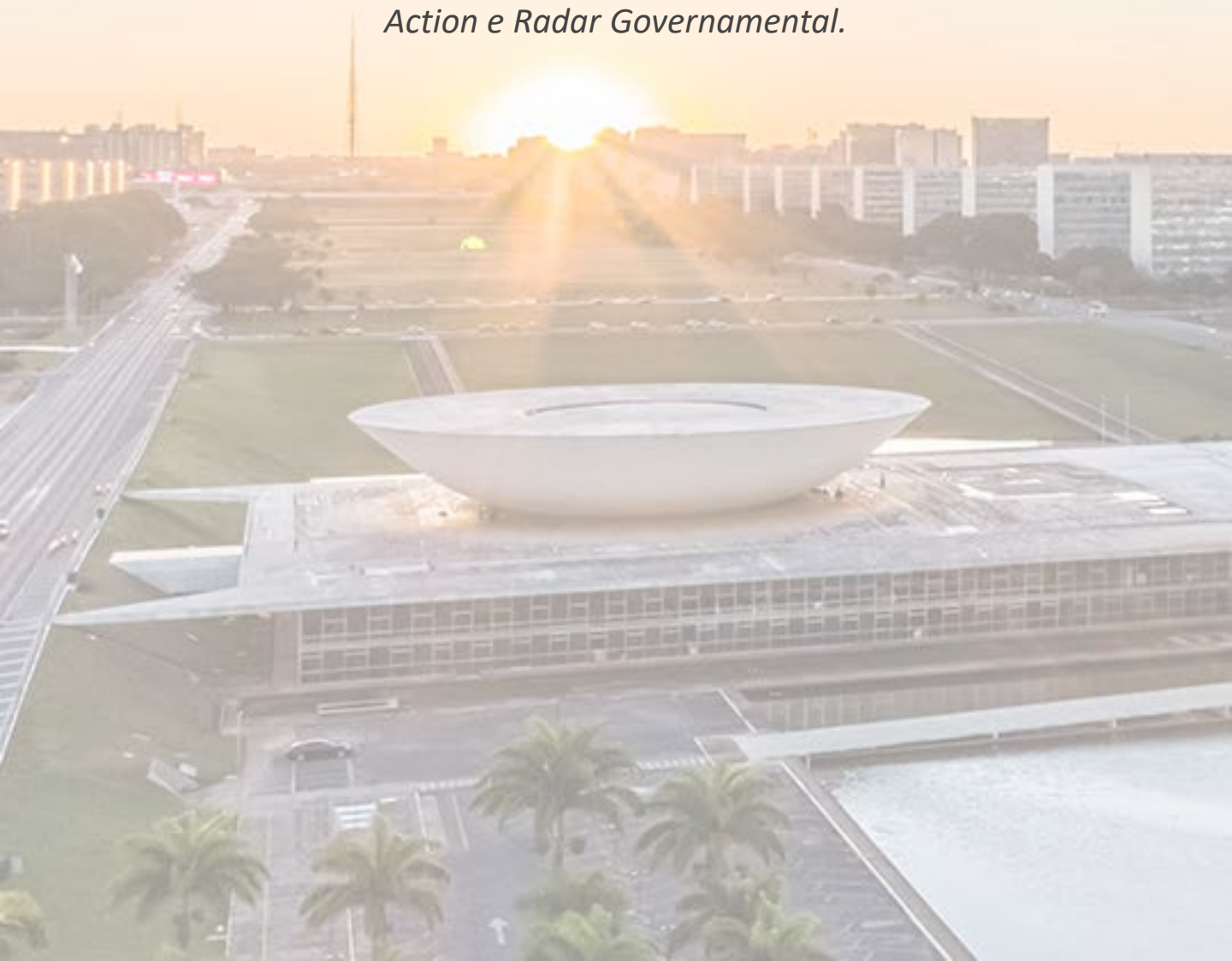
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

Mickaella Soares

(61) 3213 2000

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

*Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector,
Action e Radar Governamental.*



INFORME

RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

